

## Francisco Inácio Bastos

Médico, doutor em Saúde Pública, é Pesquisador Titular da do Instituto de Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde na Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/FIOCRUZ), e desenvolve pesquisas voltadas especialmente para a epidemiologia e prevenção do abuso de drogas e do HIV/AIDS.

## Neilane Bertoni dos Reis

Estatística, doutora em Epidemiologia em Saúde Pública, atua como Pesquisadora Associada no Instituto de Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde na Fundação Oswaldo Cruz (ICICT/FIOCRUZ), com experiência em pesquisas sobre a epidemiologia do consumo de drogas, e em metodologias estatísticas para estimação de populações de difícil acesso.

# CAPÍTULO

# 5

## Epidemiologia do uso de drogas no Brasil

Francisco Inácio Bastos  
Neilane Bertoni dos Reis



## Epidemiologia do uso de drogas no Brasil

### Breve apresentação

Abordamos, no quarto Capítulo, os padrões dos usos de drogas e a influência da cultura nos seus diferentes usos. Agora, apresentaremos dados epidemiológicos sobre o consumo de drogas no Brasil, como eles foram desenvolvidos ao longo do tempo e quais seus resultados principais e mais atuais.

Esperamos que, de posse dessas informações, você possa consultar as publicações originais, as quais atualmente estão integralmente disponíveis na internet (ao menos, com relação aos levantamentos mais recentes), e interpretar informações sobre o consumo de álcool e de outras drogas veiculadas pelos meios de comunicação, órgãos governamentais e institutos de pesquisa. Esperamos, também, que você perceba, ao término deste Capítulo, a diferença entre levantamentos epidemiológicos e indicadores epidemiológicos, compreenda como se dá a distribuição do uso de drogas no Brasil e entenda como as informações epidemiológicas podem ser utilizadas para gerar políticas públicas.

## Levantamentos epidemiológicos

Para estudarmos a epidemiologia do uso de drogas no Brasil, precisamos primeiramente entender o que é epidemiologia. Diferentemente da sua formulação original, histórica, a epidemiologia não estuda apenas as grandes epidemias. **Epidemiologia**, em seu sentido amplo, é a ciência que estuda a frequência e os fatores relacionados à ocorrência de agravos, doenças e/ou comportamentos relacionados à saúde da população.

### Epidemia:

Tecnicamente, epidemia é definida como um aumento do número de casos (ou ocorrências), que ocorre num período de tempo curto, em uma determinada unidade geográfica, que varia de um único local a um país. Esse aumento deve sempre ser analisado em comparação com os registros ao longo de um período dilatado de tempo (o que é denominado série histórica).

Assim, falar em epidemiologia do uso de drogas não significa necessariamente que exista uma *epidemia* desse comportamento no Brasil, significa que estamos interessados em entender como esse fenômeno acontece, qual é a distribuição dele no espaço e como as suas possíveis alterações ocorrem ao longo do tempo. Em se tratando de um mercado ilícito – não regulado, portanto, por regras de natureza similar às aquelas aplicadas à produção industrial, ao comércio e aos serviços –, é bastante improvável que esses fenômenos sejam estáveis, no tempo e/ou no espaço; por conseguinte, o monitoramento de tendências é, nesse campo de estudo, uma tarefa permanente.

Para isso, são realizadas pesquisas com as populações-alvo para saber qual é a frequência e quais são as características das variáveis de interesse nesse grupo; por exemplo, se, na última década, determinada substância foi mais frequentemente consumida por homens ou mulheres, adolescentes, adultos ou idosos. Essas informações coletadas são denominadas **dados epidemiológicos**, e os estudos realizados para tal fim são os levantamentos epidemiológicos, capazes de subsidiar a elaboração de indicadores epidemiológicos, os quais se mostram essenciais na formulação e avaliação de políticas públicas consistentes, afinadas com os problemas mais relevantes, apontados pelos dados empíricos.

Os **levantamentos epidemiológicos** que buscam retratar a natureza do consumo de drogas no país devem ser realizados com um grande contingente de pessoas e em diferentes cidades e regiões, pois as pessoas entrevistadas devem corresponder à opinião e aos comportamentos das demais que não foram entrevistadas. Dizemos que esses sujeitos entrevis-

tados fazem parte de uma amostra da população-alvo. Todas as pesquisas nessa área do conhecimento analisam dados referentes a amostras, uma vez que não existem censos de drogas nos moldes dos censos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza a cada dez anos, no país. Censos são estudos que dizem respeito a TODA uma população.

Os levantamentos, em geral, são realizados nos domicílios, nas escolas e em universidades, além da população em situação de rua. Há ainda estudos com populações específicas, como profissionais do sexo, policiais, entre outros.

Uma abordagem complementar quando se deseja estudar o consumo de drogas da população é a análise de **indicadores epidemiológicos**. Nesse tipo de estudo, as pessoas não são entrevistadas diretamente. Os dados são coletados a partir de informações já existentes, como o número de: (a) internações hospitalares por dependência de drogas, (b) atendimentos em serviços de saúde de emergência por *overdose*, (c) apreensões de drogas feitas pela Polícia Federal, (d) prisões por tráfico, etc.

As duas abordagens são válidas e complementares. A decisão por utilizar uma delas ou ambas vai depender não só de qual pergunta deve ser respondida, mas também dos aspectos logísticos e operacionais, como o tempo e o orçamento disponíveis para a coleta das informações e resposta à pergunta.

Os levantamentos e indicadores epidemiológicos são importantes, pois traçam um diagnóstico da situação do consumo de droga no país e permitem que as políticas públicas sejam desenvolvidas e/ou reformuladas, baseadas em evidências científicas atualizadas. Assim, o monitoramento dessas informações faz-se necessário, visto que essa é uma questão dinâmica; ou seja, além de novas drogas surgirem com o passar do tempo, o consumo de drogas também é modulado por questões socioculturais, pelas políticas referentes ao seu controle e pela atuação dos órgãos de segurança pública.

A seguir, veremos o histórico dos levantamentos epidemiológicos no país, como/onde eles foram realizados e os principais resultados desses estudos que nos ajudam a compreender a situação do uso de drogas no país.

#### **Overdose:**

exposição do organismo a grandes doses de uma (ou mais) substância(s) química(s), podendo levar a quadros graves de saúde.

## Histórico dos levantamentos epidemiológicos no país

Os dados epidemiológicos disponíveis no Brasil ainda são escassos e insuficientes para responder de forma satisfatória a grande parte das perguntas relativas a um tema complexo e polêmico como o consumo de drogas; todavia, novos estudos têm sido desenvolvidos, à medida que os governantes e os formuladores de políticas públicas passam a entender a importância de se ter em mãos tais informações.

O primeiro levantamento epidemiológico realizado no país sobre o consumo de drogas data do final da década de 1980. Nesse período, emergiu a política norte-americana de “**guerra às drogas**”<sup>1</sup>, que acabou por fomentar um sentimento de pânico, devido ao fato de as mídias disseminarem notícias alarmistas acerca do tráfico e do consumo de drogas em todo o Brasil, principalmente entre estudantes. Tais informações, porém, eram basicamente fruto de suposições, uma vez que não existiam estudos à época que comprovassem isso.

Então, o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (**CEBRID**)<sup>2</sup> lançou o primeiro levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes, o qual abrangeu dez capitais brasileiras e foi repetido em anos posteriores, sendo possível, assim, estabelecer comparações de padrões de consumo de drogas desses jovens brasileiros, ao longo do tempo.

Cabe observar que os resultados obtidos nos primeiros levantamentos epidemiológicos sobre drogas no Brasil não diziam respeito ao país em sua totalidade; ou seja, o primeiro levantamento sobre o consumo de drogas no país foi realizado com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, portanto, jovens pertencentes a uma determinada faixa etária e que frequentavam regularmente a escola (o que, no Brasil, correspondia, e ainda corresponde, a uma parcela das crianças e adolescentes em idade escolar. Segundo os padrões internacionais de ensino referendados pela Organização das Nações Unidas e suas agências, toda criança deveria, pelo menos, completar o Ensino Fundamental).

Existia, então, a necessidade de se estudar o que acontecia com outros grupos populacionais, como as crianças e os adolescentes que não estavam nas escolas. Assim, surgiram os primeiros estudos com jovens em situação de rua, inicialmente de forma bastante “tímida”, uma vez

<sup>1</sup> Como exemplo, recomendamos o vídeo de Drauzio Varella, disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=leir\\_YfygqY](http://www.youtube.com/watch?v=leir_YfygqY), e o artigo de Hakim e Covington (2013), disponível em: [http://www.thedialogue.org/PublicationFiles/015PE2104\\_art015\\_HakimCovington\\_cropped.pdf](http://www.thedialogue.org/PublicationFiles/015PE2104_art015_HakimCovington_cropped.pdf).

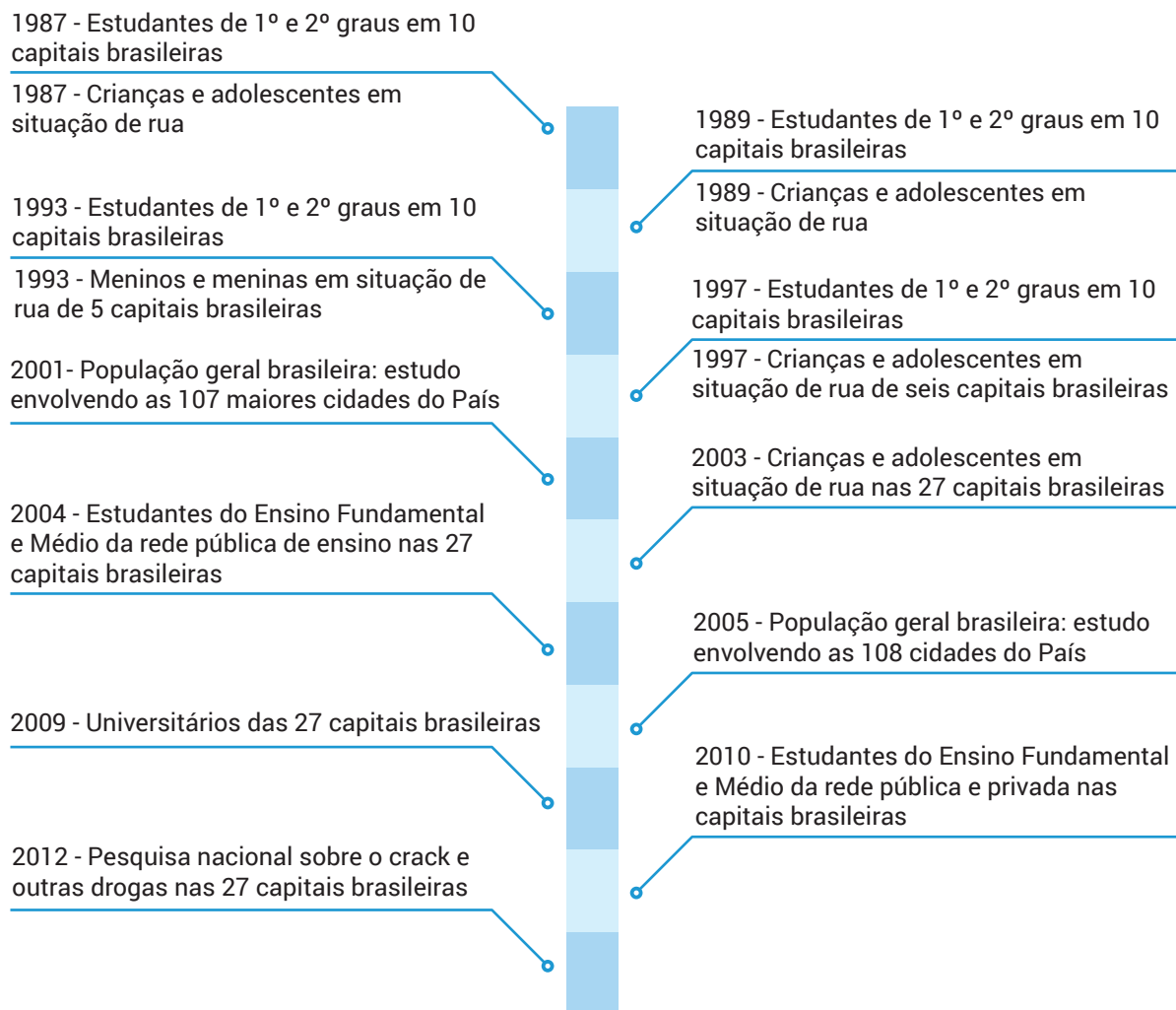
<sup>2</sup> Visite o sítio do CEBRID, disponível em: <http://www.cebrid.epm.br/index.php>.

que foram realizados, nas suas quatro primeiras edições, em apenas seis capitais brasileiras.

Apenas em 2001, foi realizado o primeiro levantamento epidemiológico de base domiciliar, com abrangência nacional, envolvendo a população geral brasileira.

A seguir, veremos como cada um desses levantamentos foi feito, o que eles informam e o que podemos inferir a partir deles.

Figura 1: Linha do tempo das populações estudadas nos levantamentos epidemiológicos sobre drogas no Brasil



Fonte: Elaborado pela Autora, com base nos dados do OBID e CEBRID, adaptado por NUTE-UFSC.

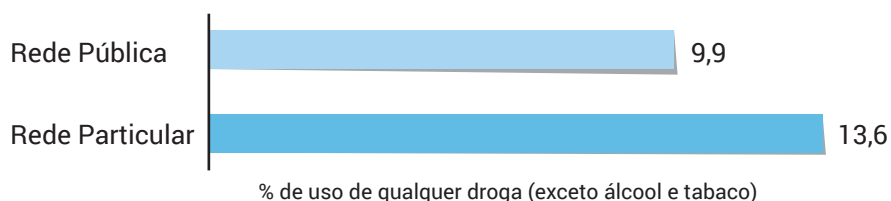


## Uso de drogas entre escolares brasileiros

Os levantamentos epidemiológicos sobre o consumo de drogas entre estudantes dos Ensinos Fundamental e Médio constituem o painel de dados mais amplo e sistemático sobre o tema de que dispomos no Brasil, com estudos realizados em 1987, 1989, 1993, 1997, 2004 e 2010.

O levantamento mais recente apontou que o consumo de qualquer droga (exceto álcool e tabaco), no último ano, foi mais elevado entre alunos da rede particular do que os da rede pública (13,6% *versus* 9,9%).

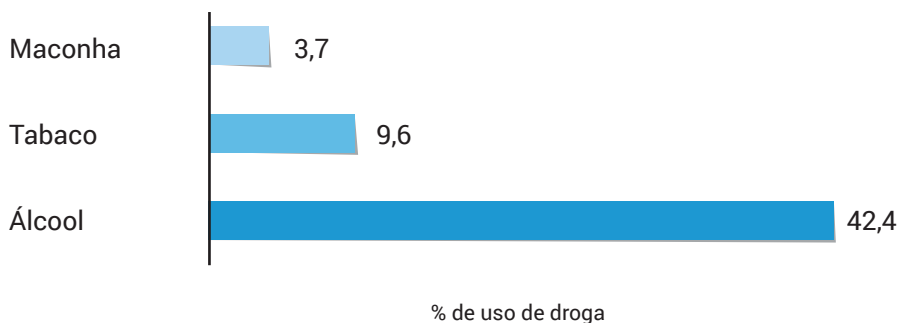
Figura 2: Proporção de uso de qualquer droga (exceto álcool e tabaco) entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras



Fonte: SENAD e CEBRID (2010), adaptado por NUTE-UFSC.

As drogas mais frequentemente usadas pelos estudantes, no último ano, foram as bebidas alcoólicas e o tabaco, com proporções de 42,4% e 9,6%, respectivamente. Dentre as drogas ilícitas, a proporção mais elevada de consumo foi referente à maconha (3,7%).

Figura 3: Proporção de uso de drogas psicotrópicas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras

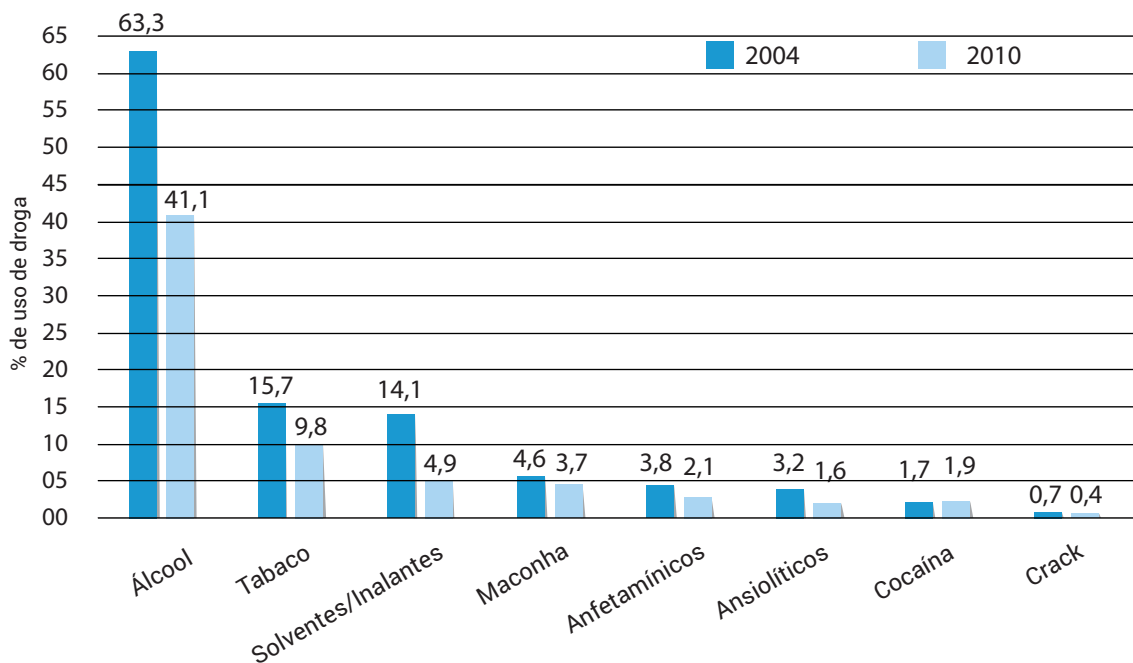


Fonte: SENAD e CEBRID (2010), adaptado por NUTE-UFSC.

Entre as meninas, foram registradas, no último ano, proporções mais elevadas de uso de álcool, anfetamínicos (sob a forma de remédios para emagrecer) e ansiolíticos (calmantes), se comparadas às utilizadas pelos meninos.

Como apenas a última edição do levantamento (2010) incluiu também instituições privadas, a comparação com os anos anteriores não pode ser feita de forma direta. Ao selecionar somente o grupo de escolas públicas da edição de 2010 e compará-lo com os dados da edição de 2004, observa-se redução do consumo de várias drogas, como álcool (63,3% para 41,1%), tabaco (15,7% para 9,8%), solventes/inalantes (14,1% para 4,9%), maconha (4,6% para 3,7%), anfetamínicos (3,2% para 1,6%), ansiolíticos (3,8% para 2,1%) e crack (0,7% para 0,4%). Observou-se, contudo, aumento do número de alunos que relatou ter consumido cocaína (1,7% em 2004; 1,9% em 2010). Ressalte-se, porém, que o consumo de drogas e as mudanças ao longo do tempo não foram uniformes nas 27 capitais, o que mostra que ele tem uma clara dimensão local e regional.

Figura 4: Comparação do uso de drogas psicotrópicas entre estudantes do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas brasileiras



Fonte: SENAD e CEBRID (2004 e 2010), adaptado por NUTE-UFSC.

## Uso de drogas entre universitários brasileiros

O primeiro (e único, até o momento) levantamento nacional sobre drogas referente a universitários brasileiros de instituições públicas e privadas foi realizado em 2009, em todas as 27 capitais do país.

### **Binge:**

consumo, em uma dada ocasião, de cinco ou mais doses-padrão de bebidas alcoólicas, para homens, e quatro ou mais doses, para mulheres. Existem, hoje, definições internacionalmente aceitas de doses-padrão para as mais diferentes bebidas alcoólicas, destiladas e fermentadas.

Esse estudo revelou que o álcool foi a substância mais frequentemente consumida pelos universitários nos 12 meses que antecederam a entrevista (72%). Um em cada três universitários referiu pelo menos uma ocasião de consumo do álcool em *binge*, no último ano. Destaca-se, ainda, que, entre os universitários menores de 18 anos, quase 80% disse já ter consumido algum tipo de bebida alcoólica na vida.

No último ano, o tabaco foi consumido por 28% dos universitários, sendo a proporção de uso mais elevada entre os alunos de instituições privadas do que os das públicas (30% *versus* 20%).

O consumo de drogas ilícitas foi relatado por 36% dos universitários, sendo a maconha a droga ilícita mais frequentemente consumida pelos entrevistados (14% referiram o uso), destacando-se também o uso de drogas sintéticas, como o *ecstasy*, por parte de 3,1% dos alunos. O consumo de drogas ilícitas foi mais frequente nas regiões Sul e Sudeste, e menos frequente nas regiões Norte e Nordeste.

A despeito da frequência relativamente elevada de consumo de algumas drogas pelos universitários, o estudo constatou que apenas 20% das universidades possuíam, à época, algum programa/projeto referente à prevenção, orientação e/ou assistência aos discentes em relação ao uso de álcool, tabaco e outras drogas.

## Uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua

Realizada inicialmente em seis capitais brasileiras, a pesquisa sobre o consumo de drogas entre a população jovem em situação de rua ganha uma dimensão nacional na sua edição de 2003, abrangendo as 27 capitais do país. Apesar da importância do estudo, vale ressaltar que a amostra, mesmo a da última edição, não foi representativa de todas as crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil.

Esse levantamento mais recente mostrou que cerca de um terço desses jovens relataram uso diário do tabaco. Os solventes e a maconha foram consumidos, de forma regular (consumo diário), por 16% e 11% deles, respectivamente.

O álcool, embora tenha sido experimentado pela grande maioria deles (76%), é usado diariamente por apenas 3% desses sujeitos. [A maior parte dos entrevistados referiu, porém, ter iniciado o consumo de álcool antes de se encontrar em situação de rua.](#)

Aproximadamente 40% das crianças e adolescentes entrevistados não frequentavam a escola. Assim, o trabalho de prevenção realizado exclusivamente nas escolas não alcança tais sujeitos. Tal limitação fala a favor de duas questões complementares:

- a) a implementação, nas escolas, de políticas de inclusão de todas as crianças e adolescentes em idade escolar, o que constitui uma meta factível, plenamente realizada nos países europeus e da América do Norte;
- b) a formulação e implementação de políticas de prevenção fora do contexto escolar, que deverão ser desenvolvidas em comunidades, associações recreativas e esportivas, programas de saúde da família, etc.

## Uso de drogas na população geral brasileira (inquéritos domiciliares)

Contamos, até o momento, com duas edições do levantamento domiciliar sobre drogas (2001 e 2005), as quais objetivaram estimar o consumo de drogas pela população geral brasileira. Em 2005, esse estudo foi realizado em 107 municípios brasileiros com mais de 200 mil habitantes, além da cidade de Palmas (que foi incluída na amostra devido à sua relevância regional, embora tivesse, à época, menos de 200 mil habitantes).

As proporções de uso de álcool e tabaco na última pesquisa foram as mais elevadas: metade dos entrevistados disse ter consumido álcool, e quase 1/5 deles relatou ter usado tabaco. As proporções mais elevadas de quadros de dependência foram observadas no consumo de drogas: 12,3% para o álcool e 10,1% para o tabaco. Apesar disso, apenas 10% dos entrevistados afirmaram já terem buscado tratamento para álcool e/ou outras drogas.

Dentre as drogas ilícitas, a maior proporção de uso é referente à maconha (2,6%), enquanto o consumo da cocaína, no último ano, foi relatado por 0,7% dos sujeitos, e o do crack por 0,1% deles.

Chama a atenção a prevalência do uso, no último ano, de orexígenos (medicamentos utilizados para estimular o apetite), que foi de 3,8%.

Diferentemente dos escolares e universitários, na população geral, não se observa um consumo relevante de solventes, tendo sido utilizados por 1,2% da amostra da população geral dessas cidades.

Grande parte (65,1%) dos entrevistados desse inquérito, referente à população geral, disse que era muito fácil conseguir maconha, caso desejasse, e essa proporção foi ainda mais elevada entre os sujeitos com idades entre 18-24 anos – 74,2% deles disseram conseguir a droga com facilidade. A cocaína foi definida como uma droga a que se tem acesso relativamente fácil por mais da metade dos entrevistados (51,1% dos entrevistados), enquanto o acesso ao crack seria mais restrito (43,9% dos entrevistados).

Nenhum dos sujeitos entrevistados disse ter usado heroína no último ano, porém 1/3 deles afirmou que conseguiria a droga de forma fácil, caso quisesse, resultado que se mostra surpreendente, uma vez que a heroína não é uma droga de rua no Brasil.

Quase a totalidade da amostra considera um risco grave à saúde o consumo diário de álcool, maconha e/ou cocaína.

Comparando os resultados do ano de 2001 e 2005, destaca-se o aumento no consumo, no último ano, de maconha (de 1,0% para 2,6%) e cocaína (0,4% para 0,7%). Com relação ao álcool e ao tabaco, essas proporções se mantiveram relativamente estáveis em 2005, em comparação a 2001.

Esses achados, relativos à população geral, mostram-se distintos daqueles referentes aos escolares, o que induz que sejam analisados, sempre e de forma integrada, os dados provenientes de diferentes populações. Tendências referentes aos padrões de consumo são específicas de cada segmento da população, e não devem ser extrapoladas, de forma simplista, de um determinado segmento – definido em função da idade, classe social, gênero, profissão, etc. – para outros. Um exemplo dessas inadequações, o qual vem sendo abordado apenas em anos recentes, é a inadequação de políticas sintonizadas com as necessidades e os padrões de uso de drogas por adolescentes e adultos jovens à população idosa, que tem características, hábitos e necessidades específicas, os quais devem ser levados em conta em qualquer política pública.

O aumento do número de sujeitos que consumiram essas drogas pode ser consequência de sua maior disseminação, mas deve-se destacar erros associados a problemas metodológicos, frequentes em pesquisas domiciliares. Nesses estudos, alguns sujeitos tendem a omitir ou referir apenas parcialmente seu efetivo consumo de drogas por medo de discriminação ou estigmatização. Com o passar do tempo, pode haver uma maior “tolerância” da sociedade em relação ao consumo de algumas substâncias ou a demonização de uma única substância (como o crack, em anos recentes), reduzindo o estigma anteriormente associado a outras substâncias. Em todo o mundo, como foi verificado por pesquisas de opinião norte-americanas e europeias recentes, está em curso uma mudança profunda em relação a como a população geral avalia o consumo de maconha, por exemplo.

Por conta disso, a metodologia utilizada em estudos sobre drogas influencia diretamente os resultados obtidos, podendo tanto subestimar (avaliar para menos) como superestimar (avaliar para mais) tais padrões de consumo.

Um exemplo disso é o que veremos no estudo sobre crack, descrito a seguir.

## Uso de crack nas capitais do Brasil

Em anos recentes, a mídia vem divulgando informações a respeito da disseminação do crack em nossa sociedade, o que se traduz, para muitos, na ideia de ser essa a droga mais consumida no país. Fato esse que não foi confirmado por uma pesquisa recente, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que investigou a prevalência do consumo de **crack e/ou similares**<sup>1</sup> nas capitais do país, em 2012.

Esse estudo revelou que 0,8% da população desses municípios consumiu essas drogas de forma **regular**<sup>2</sup> nos últimos seis meses. Estimou também que o número de usuários regulares de drogas ilícitas (com exceção da maconha) correspondia a 2,3% da população das capitais. Assim, o crack e/ou similares foi consumido por um terço dos usuários de drogas ilícitas (com exceção da maconha), o que se contrapõe às formulações que circulam pelos meios de comunicação.

Esse estudo trouxe um ganho importante para a pesquisa sobre drogas no país por utilizar uma metodologia diferente das demais para estimar o número de pessoas que consomem tais substâncias. Com a metodologia de estimação indireta **Network Scale-up**<sup>3</sup> foi possível estimar 370 mil usuários regulares de crack e/ou similares nas capitais. Caso a metodologia tradicional direta fosse utilizada, essa estimativa seria de 48 mil usuários.

Concluimos que ter dados sobre o consumo de drogas no país continua a ser um desafio, e a forma de coletar e analisar tais informações é crucial quando pretendemos utilizá-las para subsidiar políticas públicas.

### Indicadores epidemiológicos

O *Relatório Brasileiro sobre Drogas*, publicado em 2009, traz diversos indicadores epidemiológicos que podem servir para dimensionar o cenário nacional sobre o consumo de drogas, como análises das interações decorrentes do uso de drogas no SUS, mortalidade e afastamentos/aposentadorias decorrentes do consumo de drogas, crimes por posse e tráfico de drogas, e apreensões de drogas pela Polícia Federal, entre outros.

<sup>1</sup> Acesse o livreto com as informações principais da pesquisa, disponível no sítio do OBID: [http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/web/noticia/ler\\_noticia.php?id\\_noticia=107294](http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/web/noticia/ler_noticia.php?id_noticia=107294).

#### <sup>2</sup> Uso regular:

segundo a Organização Mundial de Saúde, o critério CODAR define uso regular como sendo o uso, durante pelo menos 25 dias, nos últimos seis meses.

<sup>3</sup> Inquérito domiciliar no qual as perguntas não são sobre o comportamento do respondente, mas sobre sua rede de contatos. Só deve ser utilizada para estimar comportamentos ditos “raros”. Para mais informações, acesse: <http://nersp.osg.ufl.edu/~ufruss/scale-up.htm>.

A maioria dessas informações podem ser obtidas a nível municipal, o que pode ajudar o gestor local na tomada de decisões; contudo, elas devem ser cuidadosamente interpretadas.

Segundo o *Relatório*, observa-se uma tendência de aumento na apreensão de cocaína no Brasil no período de 2001 a 2007. O ano de 2007 também foi aquele em que foram registradas mais apreensões de drogas, como o *crack*, pasta base, maconha, *haxixe* e *ecstasy*. **Esse aumento, no entanto, não pode ser interpretado exclusivamente como um reflexo do maior consumo e circulação de drogas no país, mas também como decorrente de um incremento na quantidade e na eficácia das operações policiais de apreensão de drogas.**

O *Relatório* traz ainda a informação de que, no Brasil, 1,2% de todas as internações que têm lugar no SUS está diretamente associado ao consumo de drogas. No ano de 2007, houve 138.585 internações cujo diagnóstico principal foi algum transtorno mental e comportamental causado pelo uso de drogas. O álcool foi a principal droga associada a essas internações (69%), e a cocaína está associada a 5% delas. Notemos, contudo, que esse indicador, da forma como está apresentado, não contabiliza outros tipos de atendimentos no SUS, como emergências e/ou consultas médicas derivadas de problemas de saúde física causados pelo consumo de drogas, o que acaba por subestimar, de forma pronunciada, o real impacto que as drogas causam no sistema de saúde brasileiro. Além disso, os atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-AD) não constam desses registros de informações.

Mais informações sobre esses indicadores podem ser encontradas no *Relatório*, que está disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Relatorios/328379.pdf>.



## Resumo

O álcool e o tabaco são as drogas mais consumidas no Brasil. Mesmo sendo lícitas, não significa que essas drogas não tragam prejuízos à saúde. Pelo contrário! Na verdade, entre as drogas consumidas, estão as que determinam um maior impacto sobre os serviços de saúde do país, decorrentes do seu uso abusivo ou do seu consumo a longo prazo, que está associado, por exemplo, à ocorrência de várias doenças, incluindo algumas potencialmente letais; mesmo assim, tais drogas não são frequentemente abordadas nos meios de comunicação.

É muito importante que se tenha em mente que nem tudo o que é dito sobre as drogas e/ou sobre o consumo de drogas no país deve ser considerado relevante ou servir de base para desenvolvimento de ações para essa temática. É sempre importante verificar a fonte da informação, entender como ela foi coletada e o que de fato essa informação representa.

Como visto neste Capítulo, os levantamentos e os indicadores epidemiológicos constituem fontes de informações essenciais, que ajudam a traçar um panorama do consumo de drogas no país e podem subsidiar a elaboração de políticas públicas baseadas em dados com efetiva base epidemiológica e estatística. Para a interpretação desse panorama, é necessário compreendermos a diferença entre levantamentos epidemiológicos, em que as pessoas são entrevistadas diretamente, e indicadores epidemiológicos, em que os dados coletados são obtidos por meio de informações já existentes, como internações hospitalares, por exemplo.

É fundamental que você se refira a publicações originais e estimule sua apreciação crítica, uma vez que os meios de comunicação divulgam, de forma praticamente contínua, informações que provêm de estudos com base metodológica inadequada, além de observações assistemáticas divulgadas a título de “pesquisas”.

Os dados epidemiológicos sobre consumo de drogas no Brasil documentam, tendo por base os grupos enfocados nas pesquisas, que as drogas mais frequentemente consumidas são o álcool e o tabaco (drogas lícitas).

A prevenção do consumo abusivo de drogas deve ser iniciada desde os primeiros anos da escola, contribuindo para que os sujeitos não venham a consumir drogas que possam lhes trazer danos e riscos e, caso esse consumo ocorra, que o seu início seja postergado e da forma menos danosa possível, reduzindo, assim, os problemas derivados do abuso de drogas na infância, adolescência e juventude. Pensando nesse contexto, no próximo Capítulo iremos abordar as considerações bioéticas que envolvem os usos e usuários de substâncias psicoativas.

## Referências

ANDRADE, A. G.; DUARTE, P.C.A.V.; OLIVEIRA, L.G. **I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, OBID; GREA/IPQ-HCFMUSP, 2010.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. **Relatório Brasileiro sobre Drogas**. Brasília: SENAD, 2009.

CARLINI, E. A.; GALDURÓZ, J. C.; NOTO, A. R.; CARLINI, C. M.; OLIVEIRA, L. G.; NAPPO, S. A. **II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país – 2005. São Paulo: Páginas & Letras, 2007.

CARLINI, E. A.; NOTO, A. R.; SANCHEZ, Z. M. **VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes de ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino nas 27 capitais brasileiras-2010**. São Paulo: CEBRID; UNIFESP, 2003.

NOTO, A. R.; BAPTISTA, M.C.; FARIA, S.T.; NAPPO, S.A.; GALDURÓZ, J.C.F.; CARLINI, E.A. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos publicados em jornais e revistas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 69-79, fev. 2003.

NOTO, A. R.; GALDURÓZ, J.C.F.; NAPPO, S.A.; CARLINI, C.M.A.; MOURA, Y.G.; FONSECA, A.M. et al. **Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras**. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, 2003.